

O PRODECER (RE)VISITADO: *as engrenagens da territorialização do capital no Cerrado*¹

(RE) VISITING THE *PRODECER*: the workings of the territorialization of capital in Brasil's Cerrado region

Vera Lúcia Salazar Pessoa

Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFG/Regional Catalão/Membro do Núcleo de Estudos Socioambientais (NEPSA/CNPq) Ex-professora do PPGEU/UFU
vspessoa.salazar715@gmail.com

Maria Erlan Inocêncio

Professora da Universidade Estadual de Goiás/Unidade Universitária de Pires do Rio/Curso de Geografia/Membro do Grupo de Pesquisa Sociedade e Meio Ambiente/UEG/Pires do Rio
airam1236@gmail.com

Resumo

As transformações ocorridas no Cerrado, a partir das políticas de modernização da agricultura, implantadas na década de 1970, possibilitaram uma nova configuração econômica nessa área. O uso intensivo de capital foi responsável pela expansão agrícola e ocupação do Cerrado e fez com que esse território assumisse importância estratégica para o desenvolvimento de uma agricultura moderna com altos índices de produtividade. A intervenção do Estado foi estratégica diante do quadro político pelo qual o país se encontrava após o Golpe Militar de 1964. Modernizar era a palavra-chave para alcançar os objetivos do desenvolvimento, mais econômico do que propriamente social. O objetivo do texto é mostrar as transformações ocorridas a partir da territorialização do PRODECER, destacando o papel do Estado no processo de apropriação territorial de vastos espaços do Planalto Central.

Palavras-chave: Modernização da agricultura. Cerrado. PRODECER. Territorialização.

Abstract

The changes promoted in Brazil's Cerrado by the modernization policies implemented in the 1970s made possible a new economic configuration in the region. The intensive use of capital was responsible for the expansion of farming and the occupation of the area and led the Cerrado to take on a strategic role in the development of modern, highly productive agriculture. State intervention was crucial within the political framework of the country after the military coup of 1964. Modernizing was the key word to achieving the goals of development – which were more economic than strictly social. The purpose of this paper is to describe the transformations that took place as a consequence of the territorialization of *PRODECER*, highlighting the role of the State in the appropriation of large areas of Brazil's Central Plateau.

Keywords: Modernization of agriculture. Cerrado. *PRODECER*. Territorialization.

Introdução

As transformações ocorridas no Cerrado a partir da implantação, na década de 1970, das políticas de modernização da agricultura possibilitaram uma nova configuração econômica nessa área. O uso intensivo de capital foi responsável pela expansão agrícola e ocupação do Cerrado, fazendo com que esse território assumisse uma importância estratégica para o desenvolvimento de uma agricultura moderna, com altos índices de produtividade.

A intervenção do Estado foi estratégica diante do quadro político no qual o país se encontrava após o Golpe Militar de 1964. Modernizar era a palavra-chave para se alcançarem os objetivos do desenvolvimento, mais econômico do que propriamente social. No contexto do Cerrado, dois grandes projetos foram responsáveis pela produção e apropriação desse território: o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados) e o PRODECER (PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DOS CERRADOS/PROJETO JICA), sendo este último que provocou mais discussões e reflexões sobre sua implantação.

Assim, o objetivo deste texto é mostrar as transformações ocorridas no Cerrado a partir da territorialização do PRODECER, destacando o papel do Estado no processo de apropriação territorial de vastos espaços do Planalto Central. Para tanto, o texto foi organizado em três itens, além da Introdução e Considerações Finais. O primeiro destaca as contribuições da Ciência Geográfica para a compreensão do processo de produção e apropriação do espaço. O segundo tece considerações sobre a realização do Acordo Brasil-Japão para a exploração econômica do Cerrado. No terceiro, destaca-se o papel do Estado no processo de monopolização dos procedimentos de organização do território, exercendo domínio sobre a base espacial onde se ergue uma sociedade.

A contribuição da Geografia para a compreensão das transformações do espaço

A intenção de analisar a atuação do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), mais conhecido como Projeto Cerrado ou JICA (JAPAN INTERNACIONAL COOPERATION AGENCY) - implantado na década de 1980 e ainda em atuação no século XXI como parte de um acordo internacional para a produção de grãos - exigiu uma reflexão sobre a forma como a Geografia,

especificamente o geógrafo voltado para a questão agrária, procura trabalhar os assuntos envolvidos nesta questão ante a reformulação teórico-metodológica pela qual a ciência geográfica passou nos últimos 40 anos.

O estudo do campo sempre foi preocupação da Geografia. Iniciou-se com a história do conhecimento geográfico a partir dos gregos. Porém, o enfoque dado a esses estudos teve, durante muito tempo, um caráter descritivo dos fenômenos observados, característico da Geografia Tradicional. O geógrafo procurava apenas, com base na observação, descrever e entender os diversos componentes da paisagem agrária, com destaque para o habitat rural. O testemunho da História também era importante para entender a gênese dessa paisagem. Outra preocupação era a análise da produção, do transporte e da comercialização dos produtos agrícolas.

Entretanto, as transformações sociais e políticas do Pós-Guerra geraram uma crise nas Ciências Humanas e Sociais e, de modo específico, na Geografia. A realidade havia mudado. Entre essas mudanças, o desenvolvimento do modo de produção capitalista superou seu estágio concorrencial e entrou na fase monopolista.

A crise de 1929 mostrou a necessidade de intervenção do Estado na economia. O planejamento econômico seria a arma dessa intervenção, alterando, assim, a própria organização do espaço. Com o desenvolvimento do capitalismo, a urbanização apresentou fenômenos novos e complexos, como as megalópoles; o espaço rural também se modificou com a industrialização e a mecanização das atividades agrícolas em várias partes do mundo.

O espaço rural é apropriado e utilizado não mais como lugar de reprodução das condições de existência, nem mesmo em termos de necessidades sociais, mas utilizado em relações industriais ou comerciais que não dizem respeito direto às exigências dos trabalhadores. Isto faz com que o espaço agrícola não produza agricultura de subsistência e sim de exportação ou como bem intermediário da produção (matéria prima industrial), estabelecendo nova dinâmica nas relações cidade-campo. (RODRIGUES, 1983, p. 37).

Diante dessas mudanças, o geógrafo rompeu com a perspectiva tradicional, que já se encontrava em crise desde meados da década de 1950, por não conseguir apreender a complexidade da organização do espaço. A crise da Geografia Tradicional desencadeou o movimento de renovação, que foi empreendido por caminhos diversificados (MORAES, 1981). O espaço geográfico passou a ser analisado com base

em dois grandes conjuntos de propósitos e posicionamentos políticos: a Geografia Pragmática ou Neo-Positivista e a Geografia Crítica.

A Geografia Pragmática ou Neo-Positivista se preocupou mais com os aspectos teórico-metodológicos dos trabalhos empíricos e com o tecnicismo, utilizando-se da estatística. Nessa abordagem, o geógrafo tornou-se alienado aos problemas sociais. O espaço passou a ser analisado sob a lógica formal, mascarando-se as contradições sociais e legitimando-se a ação do capital sobre o espaço terrestre.

Em oposição a essa forma de tratar o espaço, o geógrafo, apoiado no materialismo dialético, também denominado de materialismo histórico, procurou apontar para a relação entre a Geografia e a superestrutura da dominação de classe na sociedade capitalista.

Na Geografia brasileira, os reflexos dessa nova abordagem teórico-metodológica são percebidos a partir da década de 1970, quando se constataram no espaço geográfico as contradições decorrentes do desenvolvimento desigual do modo capitalista de produção.

Nessa mesma linha de raciocínio, a questão da paisagem, região, habitat ou área passou a ser analisada sob o conceito de território. Para Raffestin (1993, p.143), “o território se forma a partir do espaço”. Este conceito é trabalhado também numa abordagem mais ampla, com enfoque para a “expansão espacial, as formas espaciais e os fluxos gerados, a organização do espaço implementada por este modo de produção; enfim, a lógica do capital na apropriação do espaço terrestre no modo de produção capitalista” (MORAES, 1981, p.121-122).

Portanto, o processo de criação e transformação do espaço é determinado pelo modo de produção vigente na sociedade onde está inserido e deve ser analisado a partir da totalidade, ou seja, da formação econômica da sociedade, sendo o modo de produção apenas um elemento desta totalidade e por ela determinado.

A apropriação do espaço se dá através da propriedade da terra e, na sociedade capitalista, o espaço (geográfico) adquire cada vez mais o caráter de mercadoria. Assim, além do seu valor de uso, o espaço tem valor de troca, possibilitando a obtenção de uma renda por parte daqueles que dele se apropriam, tanto na forma diferencial quanto na forma absoluta ou monopólio. O capital tem o poder de valorizar de forma direta ou indireta os “n” lugares incorporados na formação econômica e social.

Na produção do espaço, não há necessariamente a destruição formal do que existe, nem mudança total. Assim, no que se refere ao espaço rural, as áreas de agricultores tradicionais coexistem com aquelas onde o processo de modernização se estabeleceu. O resultado dessa expansão no campo é que, de um lado, novos objetos geográficos são criados, gerando uma nova estrutura técnica; de outro, a própria estrutura do espaço ganha novo conteúdo. As mudanças, tanto na estrutura da área quanto no seu conteúdo, aparecem na industrialização do campo.

Nos espaços onde o PRODECER foi implantado, as mudanças foram constatadas. O capital, em sua lógica de expansão, apropriou-se dessas novas áreas e transformou-as em função de seus interesses, alterando sua estrutura e conteúdo. Nessa transformação, a agricultura passou, a partir da atuação de grupos monopolistas, a ser subordinada à indústria e ao capital financeiro, tornando-se cada vez mais uma atividade dependente da indústria processadora de produtos agrícolas e produtora de insumos, máquinas e implementos agrícolas.

Em contrapartida, as áreas de agricultura tradicional, assim rotuladas pelo discurso técnico-oficial, continuam a existir, já que apenas uma minoria de proprietários dispõe de recursos de capital para participar do processo de inovação. Por outro lado, é de interesse do capital preservar os pequenos produtores não só para a produção de alimentos, mas também como força de trabalho - quando a renda da propriedade é insuficiente para a manutenção da família e esses produtores são obrigados a se assalariarem nas empresas capitalistas.

Portanto, fica evidente que a organização, a estruturação e a construção do espaço expressam os interesses dominantes, em especial aqueles do grande capital e do Estado. O Estado atua juntamente com os grupos e as organizações que representam esses interesses e cria uma infraestrutura (de transportes, comunicação, energia) que envolve a aplicação de um grande volume de recursos.

Dessa forma, o Cerrado, este espaço escolhido pelo capital estrangeiro para a implantação do PRODECER - um dos mais arrojados projetos, objeto de grande polêmica por parte dos sindicatos de trabalhadores rurais, igreja e parlamentares em 1979 - mostra o avanço significativo da presença do Estado ao aceitar o acordo de cooperação técnica com o Japão para a realização da *reforma agrária*. A fundamentação

teórico-metodológica da Geografia Crítica foi importante para a compreensão das contradições no espaço do Cerrado e de como foi feito o acordo internacional.

As tramas do capital japonês na apropriação do Cerrado: o acordo Brasil-Japão

Para compreender como ocorreu a produção e a apropriação do Cerrado pelo capital é importante (re)visitar o período que se estende de 1964 (Golpe Militar) até 1978. Nesse período, sob a ótica do Estado, o país deveria alcançar o desenvolvimento. A modernização tecnológica, oriunda da Revolução Verde,

[...] não pode ser dissociada das transformações capitalistas ocorridas no Brasil a partir da década de 1960 [...] e se caracteriza não como um processo dinâmico e autossustentado, mas como um processo induzido e somente se torna possível pela intervenção do Estado. (AGUIAR, 1986, p.79).

Assim, pode-se afirmar que as transformações constatadas foram reflexos da política de modernização da agricultura, cuja tônica principal foi a adoção de medidas que procuravam vincular, de forma cada vez mais estreita, o setor agrícola ao setor urbano industrial.

O Estado, responsável pela transformação da agricultura, teve como suporte não só o Sistema Nacional de Crédito Rural, criado em 1965, mas também o apoio de órgãos como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER). Entretanto, foram os Programas Especiais de Desenvolvimento Agrário que desempenharam um papel importante no processo de modernização da agricultura do Cerrado. Esses programas foram implantados na década de 1970 e, de acordo com a política do governo, deveriam ser dirigidos primeiramente às regiões Norte e Nordeste e, em seguida, à região Centro-Sul. O objetivo era social: distribuir terras e dar assistência ao pequeno produtor. Entretanto, o sentido foi outro. O que se praticou foi a modernização conservadora e dolorosa. Conservadora porque beneficiou produtores e áreas e dolorosa frente às contradições sociais geradas pela expansão do capital no campo (GRAZIANO DA SILVA, 1981; MATOS, 2011).

Especificamente para o Cerrado, surgiram dois grandes projetos no contexto do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND/ 1974/1979/Governo Geisel/15/3/1974/15/3/1979): o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento Agrícola

do Cerrado e o PRODECER (Programa Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento Agrícola da Região dos Cerrados). O POLOCENTRO (criado em 29/01/1975/Decreto 75.320 do Governo Federal) teve como objetivo incentivar e apoiar a ocupação racional das áreas de Cerrados na região Centro-Oeste, nos estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e no estado de Minas Gerais, abrangendo uma área de 785.472 km² em 202 municípios.

Entretanto, em meio à implantação e ao desenvolvimento do POLOCENTRO (1975/1979), o Estado interveio novamente no Cerrado, firmando em 1976 o acordo de Cooperação Técnica Brasil-Japão para o aproveitamento econômico dos Cerrados, com o objetivo de desenvolver o PRODECER. Enquanto o acordo era firmado, o POLOCENTRO concretizava seus objetivos, enriquecia uma parcela de produtores e, ao mesmo tempo, acentuava a concentração fundiária, a expropriação do trabalhador rural e os problemas da degradação ambiental, agravando, dessa forma, as distorções sociais no campo. Em 1979, o POLOCENTRO foi desativado e novamente o espaço do Cerrado foi reorganizado, produzindo um novo espaço – o “espaço do PRODECER” – dentro de um processo mais amplo de expansão do capitalismo no campo brasileiro.

O processo de implantação do PRODECER começou com um relatório apresentado pela Japan International Cooperation Agency (JICA) em 1979 que justificava a escolha do Cerrado:

[...] há na região Centro-Oeste do Brasil uma extensa área inexplorada, com cerca de 1.300.000 km² de superfície aproximadamente 3,5 vezes maior que o território japonês, estendendo-se pelos estados de Goiás e Minas Gerais. Em vista das características de sua flora, esta região é chamada cerrado(sic). (JICA, 1979a, p.1).

Após a identificação do espaço a ser ocupado, a equipe mostrou o objetivo do Japão na escolha da área:

[...] encontrar a melhor maneira de promover ativamente a implantação da agricultura na região do cerrado (sic); atribuir competitividade internacional à maciça quantidade de produtos agrícolas dela provenientes e embarcá-los aos grandes mercados externos de cereais, através de instalações portuárias localizadas nas proximidades de Vitória, no Espírito Santo. (JICA, 1979a, p.1).

A equipe destacou também o objetivo do Projeto: “[...] a materialização de um celeiro capaz de alimentar uma importante fração da população mundial, tomando em consideração o desenvolvimento econômico e social do Brasil no século XXI”. (JICA, 1979a, p.1).

Quanto à escolha da área, o objetivo foi claro porque a região, do ponto de vista geográfico, não apresentava nenhuma restrição à implantação da rede de transporte para facilitar o escoamento dos grãos. Porém, houve algum questionamento quanto a alimentar uma importante fração da população, já que a soja, principal cultura do Projeto, não é um alimento de grande aceitação na alimentação básica da população brasileira. O consumo maior seria na forma de óleo comestível, alterando um hábito alimentar. Mas a verdadeira razão da escolha do Cerrado como *locus* de produção agrícola foi atender ao mercado internacional, pois a soja é uma *commodity* e favoreceria o desenvolvimento do agronegócio em longo prazo.

Concomitantemente ao processo de levantamento das informações para a implantação do Projeto e o estabelecimento do acordo que permitiria ao Japão, de forma indireta, a exploração do Cerrado, alguns segmentos da sociedade brasileira se posicionaram contra essa internacionalização do Cerrado brasileiro, tais como a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), as Federações de Trabalhadores da Agricultura de Goiás, Minas Gerais e Espírito Santo, as Federações Patronais da Agricultura desses mesmos estados, os Ministérios das Relações Exteriores, o Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA)- órgão do governo brasileiro- e parlamentares.

Assim, foi criada em Brasília a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as causas que levaram o governo brasileiro a assinar o acordo com o governo japonês para a exploração de 60 milhões de ha de Cerrado dos estados de Goiás e Minas Gerais. Na justificativa desse documento, o deputado Adhemar Santillo fez a seguinte colocação:

[...] desesperados com uma dívida externa avassaladora que nada mais é do que o resultado de uma política econômica errônea, o Governo brasileiro – incapaz de estancar o débito com o exterior – usa agora como tática o plano de aumentar a dívida como forma de pagar a dívida. Insere-se nesse plano o projeto de internacionalização de nossa agricultura materializado no Acordo Brasil Japão[...] Essa entrega de nosso território aos japoneses para criação de um novo Projeto Jari, desta feita, o ‘Projeto Jari do Cerrado’ custará aos cofres da Nação – de acordo com relatório feito pela JAPAN INTERNATIONAL COOPERATION AGENCY –JICA – um bilhão, trezentos e vinte e oito milhões de dólares, para implantação de ferrovias, rodovias, portos, silos e armazéns, além de medidas fiscais relativas à aquisição de terras, créditos, providências concernentes à criação de operação de cooperativas agrícolas, etc. para que o produto possa chegar mais barato ao consumidor japonês, diminuindo sua dependência na compra de alimentos dos Estados Unidos.(CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1980, p.1-2, grifos do autor).

No mesmo documento, foram apresentados os aspectos negativos do Projeto: os altos custos econômicos para o povo brasileiro e o agravamento dos problemas sociais no campo, pois, com o desenvolvimento de uma agricultura altamente mecanizada, o êxodo rural era certo, o que faria aumentar o número de trabalhadores “boias-frias”.

Portanto, as críticas feitas pelos parlamentares, pela sociedade civil, pelas entidades (Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Federações da Agricultura, Igreja, Confederação dos Trabalhadores da Agricultura) tinham como preocupações básicas: o contingente de mão de obra em face da não oferta de empregos, por tratar-se de uma agricultura mecanizada; os tipos de cultivos a serem desenvolvidos para atender ao mercado externo e não à produção de alimentos básicos; e a concentração da propriedade da terra, pois os beneficiados seriam apenas uma parcela escolhida pelo Projeto. Entretanto, enquanto as manifestações contrárias eram citadas em manchetes da imprensa, o Acordo foi regulamentado com o seguinte objetivo:

[...] contribuir para o fortalecimento econômico e social do País, de produtores rurais e suas cooperativas, mediante a concessão de créditos de curto, médio e longo prazo, baseados em planos simples, projetos técnicos ou projetos integrados, de modo a assegurar programação adequada das inversões a serem financiadas e orientar os beneficiários na correta aplicação de técnicas agropecuárias modernas que permitam elevar a produtividade das explorações assistidas. (BANCO CENTRAL, 1979, p.1).

Diante desse objetivo, o Projeto se consolidou e, nos seus trinta e quatro anos de atuação (1979 a 2013), territorializou-se no Cerrado de MG/GO/MT/MS/BA/MA/TO, possibilitando o desenvolvimento da agricultura moderna e a consolidação da “*terra de negócio*”(2). A agricultura do agronegócio conseguiu se expandir sem necessidade do Estado. Porém, a “*terra de trabalho*”, ou seja, a terra não apenas para o agricultor camponês produzir seu autoconsumo, mas responsável também pela segurança alimentar, enfrenta dificuldades na produção, na comercialização e na falta de políticas públicas que sejam realmente efetivas para sua consolidação.

Uma vez delineadas as contribuições da Ciência Geográfica para a compreensão do processo de produção e apropriação do espaço, bem como a estruturação do Acordo Brasil-Japão para a exploração econômica do Cerrado, cabe aprofundar o papel do Estado neste contexto.

A engrenagem das dinâmicas territoriais: o Estado

O Estado sempre atuou de forma a intervir nas relações sociais e econômicas, nas quais o processo decisório condiciona e é condicionado por interesses e expectativas sociais. Para apreender o papel da agricultura nesse processo, toma-se como exemplo o PRODECER, aqui considerado como o *big push* das dinâmicas territoriais que ocorreram no Cerrado. Este programa foi tanto uma política pública de ordenamento territorial quanto uma política de Estado para a ocupação do Cerrado.

A atuação do Estado abriu um leque de possibilidades de transformações territoriais, reordenando elementos políticos, econômicos e sociais. Desse modo, a análise procurou pensar os conteúdos culturais e naturais do Cerrado para permitir uma compreensão dos fatores organizativos e produtivos relacionados ao território, mediatizados pelos componentes econômico-financeiros, acordos e estratégias igualmente importantes no processo modernizador territorial do Cerrado.

Desde o início do século XX, a política agrícola no Brasil tinha como atribuição básica a busca de um mecanismo para realizar o crédito agrícola de forma eficaz e promover a “ocupação dos vazios demográficos” por meio da absorção dos excedentes populacionais que faziam pressão no Centro-Sul do País.

Com o objetivo de promover a agricultura, foi criada a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) do Banco do Brasil em 1937, que se destinava a fomentar a produção e modernizar as atividades agrícolas. Esse processo teve início nas operações de crédito aos produtores rurais de melhor capacidade financeira, que passaram a ser atendidos por uma política creditícia oficial. No entanto, os resultados obtidos não foram satisfatórios (RAMOS, 2001).

A partir da crise de 1929 e do Estado Novo no Brasil, o poder teve de se reorganizar, começando pelos órgãos governamentais. Novos elementos tiveram de ser acomodados mediante interesses que surgiam com a crise cafeeira.

Sob os auspícios do discurso nacionalista de Vargas (1937-1945), pretendeu-se construir um Estado capaz de quebrar os desequilíbrios regionais pela implantação de uma política demográfica e criar um Brasil urbano, industrial, moderno e com alto padrão de vida. A dimensão – chave desse projeto era a geopolítica que tinha no território seu foco principal.

A emergência da Segunda Guerra agravou a crise mundial e, conseqüentemente, a brasileira, levando ao fim o processo de substituição de importações enquanto modelo de desenvolvimento. Houve a necessidade de transitar para um novo modelo, verdadeiramente autônomo, cabendo ao Estado sua criação por meio de investimentos governamentais que substituíam o impulso externo (GONÇALVES NETO, 1997). Consolidou-se a transformação da agricultura em instrumento de desenvolvimento no processo de industrialização em substituição às importações. As políticas adotadas para influir nesse processo apoiaram-se no reforço da infraestrutura, principalmente na construção de estradas, na ampliação da capacidade de armazenagem, na criação e no aumento de serviços de extensão rural, na melhoria do sistema de crédito e no subsídio à importação de insumos e equipamentos. Todo esse aparato era financiado pelo Estado.

A Marcha para o Oeste, considerada um projeto geopolítico de ocupação do “sertão”, que se desdobrou na construção de duas capitais (Goiânia (GO) e Brasília, capital federal) deslocou populações para os sertões e possibilitou que os equipamentos da vida urbana chegassem ao “coração” do Brasil. Mais que isso, levou o poder central para o interior e serviu para iniciar um processo de deslocamento da fronteira agrícola brasileira do Centro-Sul para o Centro-Oeste.

As linhas mestras estabelecidas nos governos Vargas, JK e Militar, considerados os de maiores intervenções territoriais, foram as políticas de povoamento, que regulavam o deslocamento populacional, as políticas de transporte e de comunicação. Kubitschek, com a transferência da capital federal para o Planalto Central brasileiro, realizava o sonho de completar os “vazios do território” e preencher as lacunas da nacionalidade.

Graças ao incremento na pesquisa agrícola, desenvolvida principalmente pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), o Cerrado consolidou-se como importante área de expansão da agropecuária nacional. Assistiu-se a um acelerado processo de expansão da área cultivada, diversificação de culturas e intensa migração. Os investimentos direcionaram-se às inovações tecnológicas, bioquímicas, técnicas de manejo do solo e adaptações de cultivos às condições agroecológicas do Cerrado.

A estrutura socioeconômica-cultural foi drasticamente alterada com a redução da participação relativa das tradicionais culturas, principalmente de arroz e feijão, e o aumento da importância de culturas voltadas à exportação, à geração de energia, às

matérias-primas agroindustriais e à inserção de um novo ator social, o migrante, desvinculado do modo de vida cerradoeiro.

Em síntese, a modernização territorial do Cerrado nas décadas de 1970 e 1980 teve como principal ator o Estado, através do planejamento regional e da financeirização da terra. Esta modernização alicerçou-se nos subsídios do crédito rural e no financiamento da infraestrutura de apoio técnico, além dos incentivos fiscais definidos nos programas especiais dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs).

Outro elemento importante na financeirização da terra entre 1964 e 1970 foi a política agrícola, que teve forte presença do Estado e o predomínio de instrumentos como crédito, seguro e preços mínimos. De 1970 a 1980 houve uma redução dos subsídios por parte do governo e uma busca pela autorregulação, com o fortalecimento de atores e instituições, nos quais o aparato público tinha peso cada vez menor. Esta tendência foi aprimorada a partir de 1990, quando passou-se a implantar de fato a desregulamentação econômica.

O crédito subsidiado foi o mais importante instrumento da modernização agrícola. Os recursos do governo federal destinados a custeio, comercialização e investimento na agropecuária foram volumosos, principalmente entre 1975 e 1983. Já os anos 1990 foram marcados pelo desmonte das instituições e dos instrumentos que nortearam a Política Agrícola e Agroindustrial, como o Sistema Nacional de Crédito Rural, com a perda do poder regulatório e da capacidade de planejamento pelo Estado.

Administrativamente, a nova política agrícola anunciada nas Diretrizes da Política Econômica para a Agricultura modificou o aparelho governamental e acabou por “sequestrar” grande parte dos recursos financeiros destinados à agricultura.

Os choques econômicos marcaram os anos de 1980 e 1990 e remodelaram a atuação do Estado no setor primário, baseada no discurso político pela equivalência de produtos. “O mecanismo de equivalência consistia na conversão da dívida do produtor em sacas de produtos, de acordo com o tipo financiado, usando o preço médio do mês anterior, conforme levantamento das Secretarias de Agricultura onde o plano fosse adotado” (INOCÊNCIO, 2002, p.28). A equivalência por produto, na verdade, faz uma troca de produtos agrícolas por produtos industriais como mecanismo para reativar as indústrias (SOBOLI, 1993).

Em 1994 foi instituída a Cédula do Produtor Rural (CPR), que representou um avanço ao permitir a venda antecipada de parte ou da totalidade da produção do agricultor em qualquer de suas fases. A CPR cumpriu dois objetivos básicos: abriu espaço para a comercialização/abastecimento, capitalizando os produtores por sua atuação no mercado a termo e, ao mesmo tempo, atuou como instrumento de especulação em bolsas de mercadorias.

O final do século XX e o início do século XXI marcam um redesenho nas formulações da intervenção estatal, que busca compatibilizar um ajustamento da agropecuária que culmine com a elevação da produção e da produtividade de uma forma menos excludente.

A tendência das políticas creditícias, no século XXI, tem sido distanciar-se do financiamento direto e usar outras fontes de recursos para o crédito rural. Desde 1980, alternativas de crédito para o campo têm sido viabilizadas pelo setor privado (entidades financeiras, agroindustriais, fornecedores de insumos, entre outros, além dos próprios produtores), que se tornou responsável por uma considerável parcela dos recursos aplicados na agropecuária.

O que tem ficado explícito é o não comprometimento do governo com o financiamento da produção, obrigando os agricultores a disputarem os recursos diretamente no mercado financeiro. Esse novo encaminhamento levou os produtores a pagarem juros reais por seus empréstimos, o que fez aumentarem suas dívidas junto às instituições financeiras e os lançou no mercado especulativo, principalmente, centrado nas empresas multinacionais, para a aquisição dos insumos necessários à produção.

Para atender a recente e sucessiva expansão das fronteiras agrícolas foi necessário buscar novas interpretações que explicassem as atuais características da incorporação do território do Cerrado no processo capitalista de mercado, e a consequente organização do espaço no campo para atender à racionalidade do capital na busca da otimização dos lucros.

A modernização do território do Cerrado partiu da estratégia governamental de “ocupar o interior” do Brasil em face do quadro de transformações na política de desenvolvimento agrícola. O capital expandiu e vem ocupando as porções mais bem servidas pelo conjunto de redes estrategicamente distribuídas pelo território nacional.

Assim, com a implementação do PRODECER, veículo criado e “motorizado” pela fusão capital/Estado, os “hábitos” de cultivo dos solos do Cerrado foram drasticamente alterados, bem como foi acentuado o processo de expropriação do pequeno produtor rural. Este programa teve a maior abrangência entre todos os outros que visavam a ocupação do Cerrado, pois tornou tecnicamente viável a inserção deste território no circuito produtivo capitalista, como mostra a análise tecida no próximo item.

PRODECER: estratégia bilateral para a territorialização do capital no Cerrado

Para o relatório Brasil (2002), o PRODECER foi um programa baseado na complementaridade da cooperação econômica e na reciprocidade de interesses entre Brasil e Japão. De um lado, o Brasil recebia investimentos japoneses destinados a financiar a pesquisa agropecuária e, de outro, o Japão se beneficiava da maior oferta de soja no mercado internacional. Todo esse esquema fez com que o Cerrado se colocasse como *locus* para que a ação territorializante do capital se concretizasse e produzisse os frutos necessários à sua expansão.

A complementaridade econômica traduziu-se no jogo de interesses que esteve envolvido na implantação do projeto. De acordo com os idealizadores do programa, seria necessário expandir a área cultivada no país para suprir as necessidades de uma população em expansão. Ou seja, o projeto foi criado para atender aos interesses internacionais através da venda de máquinas, insumos e do cultivo de produtos destinados ao mercado externo. Tinha como objetivo a “materialização de um celeiro capaz de alimentar uma importante fração da população mundial, tomando em consideração o desenvolvimento econômico e social do Brasil no século XXI” (BRASIL, 2002, p. 3). “Celeiro de soja, milho, trigo”: produtos distantes da base alimentar do brasileiro, mas tecnicamente modernos, especulativos e predatórios do meio ambiente.

Esse projeto cumpriu seu principal papel, o de articular o capital público ao privado de modo a estabelecer, em definitivo, todas as condições para a territorialização do capital no Cerrado. A territorialização ocorreu por etapas, porém todas seguiram as mesmas bases traçadas inicialmente.

O empreendimento foi feito de forma integrada, englobando as fases de produção, comercialização e industrialização. Para sustentar o projeto, foram criadas duas *holdings* com associação de capitais governamentais através de agências oficiais e transferência de capitais públicos e privados de ambos os países.

Todo o programa foi baseado na assinatura de acordos entre os dois países, cujas diretrizes de implantação foram norteadas pelo

R/D³, registro das discussões que direcionaram as diretrizes básicas dos dois países em relação ao PRODECER. O L/A⁴, que estabelece o financiamento do lado japonês, a alocação de recursos pelo lado brasileiro, o sistema de financiamento aos produtores, etc. O P/A⁵ estabelece o escopo da sua execução, com base no estudo realizado para as Fases I, II e III do programa. O P/A é onde está o cerne da concepção de desenvolvimento de cada uma de suas fases e estabelece, claramente, as responsabilidades do governo federal, dos governos estaduais, das instituições financeiras, da Campo, das cooperativas, etc., visando à execução eficiente do programa. (BRASIL, 2002, p. 3-6).

Para ser estruturado, o PRODECER contou com o apoio do governo federal, que repassava os financiamentos, e dos governos estadual e municipal, que ficaram encarregados de melhorar a infraestrutura socioeconômica, além da iniciativa privada. Sua viabilização no Cerrado se deu pela criação de um programa articulado e impulsionador, no qual foi concebida a presença de um órgão coordenador, a CAMPO.

A CAMPO foi criada em 1978 com a constituição de uma *holding* brasileira e outra japonesa. Do lado brasileiro, a *holding* é a BRASAGRO (Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial), com 51% do capital da empresa. A *holding* japonesa JADECO (Companhia Nipo-Brasileira de Desenvolvimento Agrícola) com 49% do capital da CAMPO (PESSÔA, 1988).

A *holding* brasileira ficou assim constituída: Banco do Brasil (BB), IBRASA (Subsidiária do BNDE), Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, Companhia Vale do Rio Doce e um banco privado. Já a *holding* japonesa foi formada pela JICA e bancos privados japoneses, entre eles o *Long Term Credit Bank of Japan* e o Banco *Mitsui*. Os recursos foram administrados pelo Banco Central, que assumiu o risco cambial e fez os repasses segundo a determinação do Conselho Monetário Nacional para o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, agente financeiro da primeira fase do PRODECER.

A ocupação do Cerrado pelo PRODECER teve início em 1980 com a implantação do programa no oeste de Minas Gerais (PRODECER I). Em 1987

expandiu-se para áreas em Goiás, Mato Grosso do Sul e Bahia (PRODECER II). A partir de 1995, atingiu os estados do Maranhão e Tocantins.

Se compararmos os anos de implantação das três fases do PRODECER, é possível observar que, no auge da crise petrolífera em 1973, as relações Brasil/Japão se expandiram, sendo que em 1980 o PRODECER I iniciou suas atividades e o PRODECER II teve a aplicação da tecnologia desenvolvida no Projeto Piloto I. No Projeto de Expansão foram aplicados os recursos não gastos no PRODECER II Piloto e disponíveis no Brasil, ou seja, em 1980 não houve novos investimentos para aplicação de tecnologias no Cerrado, mas o aproveitamento das verbas já existentes.

Sobre os financiamentos para o desenvolvimento dos projetos, os recursos foram viabilizados pelos governos de Brasil e Japão e tinham procedência tanto pública quanto privada. Os recursos de ambos os países foram divididos equitativamente no PRODECER I e II. Para o PRODECER III, 60% dos recursos foram provenientes do Japão e 40% do Brasil (30% do governo federal (Tesouro Nacional) e 10% de agentes financeiros participantes do programa).

O PRODECER ocupou 345 mil hectares, se somadas as áreas do projeto nos sete estados onde se desenvolveu, e assentou 717 produtores de um total planejado de 760 (BRASIL, 2002). Os principais agentes financeiros foram o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), que financiou o PRODECER I, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), o Banco do Estado do Mato Grosso (BEMAT), o Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia (BASENBANCO), que repassaram os recursos para a implantação do PRODECER II. O Banco do Nordeste do Brasil S/A (BANORD) e Banco do Brasil (BB) liberaram os recursos para o PRODECER III. Entre eles, os que mais concederam crédito foram BB, BNCC e BDMG (BRASIL, 2002).

O financiamento era integrado, ou seja, contemplava crédito fundiário, de custeio e de investimento. Os prazos de financiamento variavam entre 12, 15 e 20 anos para investimentos, entre 01 e 03 anos para custeio e 20 anos para o fundiário. A carência para fundiário e investimento era de 06 anos e para custeio de 01 ano, com limite de adiantamento entre 80% e 100% (BRASIL, 2002).

As características dos financiamentos fizeram-nos bastante atraentes a inúmeros produtores, que demonstraram interesse em vir de outras regiões do Brasil para o desenvolvimento de fronteiras agrícolas no território dos Cerrados. Os agricultores do

Cerrado eram considerados pelos órgãos que financiaram e executaram o PRODECER como despreparados, tanto técnica quanto financeiramente.

Os produtores dos Estados onde o projeto foi desenvolvido apresentaram três aspectos que não se encaixavam nos quesitos de escolha do agricultor: não sabiam “lidar” com a tecnologia; não estavam vinculados a nenhuma cooperativa de crédito, como exigia o programa; e não dispunham de capital suficiente para o investimento inicial exigido, que constituía entre 10% e 20% do investimento total.

Além das exigências acima, era necessário: ser brasileiro; não ser proprietário rural; possuir espírito associativo; comprometer-se a residir no lote ou na sede do município; exercer a agropecuária como sua atividade principal; possuir informações cadastrais satisfatórias, entre outras exigências referentes ao compromisso com o Projeto (BRASIL, 2002). As taxas de juros foram baseadas no Manual de Crédito Rural – MCR – definido pelo Banco Central do Brasil.

A participação japonesa no PRODECER e nos demais programas com financiamentos do Japão representa os interesses internacionais no Cerrado como área estratégica de suprimentos agrícolas na divisão internacional do trabalho, o que acabou se concretizando com a cultura da soja.

Esta ação direta do governo ao assinar o acordo com os japoneses para a produção de grãos exportáveis no Cerrado caracteriza a dimensão do poder do Estado na ocupação, ordenação e reordenação do território, no caso exposto através da agricultura.

O mecanismo impulsionador dessas novas configurações territoriais é o capital, que se expande incorporando áreas que apresentam, do ponto de vista geográfico, maior proximidade com o eixo econômico do Sudeste e condições naturais favoráveis, tais como clima e pluviosidade. A modernização territorial do Cerrado emergiu com os novos sistemas de cultivo introduzidos no campo, que se conformam em modernas e sofisticadas técnicas de produção. O emprego de capital é o fator propulsor desta etapa de incorporação de novas áreas ao processo de modernização do campo.

O PRODECER significou um (re)ordenamento territorial do Cerrado, pois reestruturou o sistema produtivo baseando-se na competitividade do mercado. O que, para Oliveira (1999), significou a “combinação contraditória e desigual da expansão da

agricultura especificamente capitalista [...]” (p. 94). Ao analisar o término do PRODECER⁶ no início de 2001, Zanatta (2001, p.B12) faz a seguinte avaliação:

[...] um projeto que chegou a ser apontado como um modelo para a reforma agrária, chega, após 22 anos, como um grande paradoxo: desenvolveu cidades, melhorou índices sociais, mas foi uma frustração financeira. Montado para dar certo numa economia estabilizada, esse modelo do PRODECER tropeçou em planos econômicos⁷ por três décadas, e alguns erros de concepção. Termina cheio de dívidas. Os 625 produtores abrigados hoje [2001] no programa devem R\$500 milhões aos bancos.

Nessa linha de raciocínio, o Estado sustentou o desenvolvimento do campo com base no rearranjo produtivo, comandado pelo poder dos capitais privados e públicos, nacionais e internacionais, traçando o marco divisório entre o antes e o depois do Cerrado. Porém não foi capaz de garantir aos produtores do PRODECER as condições essenciais do financiamento nem tampouco proteger a agricultura moderna, em ascensão no decorrer do século XX no Cerrado, das flutuações do mercado.

O processo de modernização territorial do Cerrado, comandado pela lógica financeira na produção material e imaterial, inclui a política do Estado como estimuladora das ações territoriais de modernização e também como responsável pelas distorções, controvérsias e divergências do setor agrícola no Brasil.

Considerações Finais

No processo de produção e apropriação do espaço, a característica fundamental é a necessidade de novas atividades econômicas, nas quais cada formação econômico-social procura organizar o espaço à sua maneira para atender aos interesses de cada grupo dominante.

Esta foi e é a realidade vivida pela agricultura brasileira, que sempre esteve voltada para os interesses internacionais. A produção do espaço em função da economia agroexportadora foi feita inicialmente com vistas aos interesses do capital mercantil. Posteriormente (após 1950), com a inserção da agricultura no novo modelo de desenvolvimento econômico orientado para sua modernização, o objetivo foi integrá-la ao novo circuito produtivo liderado pela agroindústria de insumos e máquinas para atender ao capital internacional.

A proposta, ao (re)visitar o PRODECER, foi mostrar que o referido projeto se consolidou como um dos grandes empreendimentos do agronegócio, iniciando-se no governo militar com todo o aparato do Estado e estendendo-se pelo governo civil sem os volumosos recursos oriundos do crédito subsidiado naquele momento de implantação. Ao longo de seu desenvolvimento, o Projeto enfrentou planos econômicos, conforme destacado, que acabaram por endividar seus proprietários em suas áreas de expansão, sobretudo no PRODECER III, face aos financiamentos a juros altos.

Ao avaliar o PRODECER, não há como negar o seu papel na transformação econômica iniciada com a soja e, posteriormente, com a possibilidade de outros cultivos como o café, a cana-de-açúcar e o “ressuscitar” do eucalipto, que enriqueceu muitos empresários na década de 1970 por meio da política de reflorestamento. Entretanto, deve-se considerar que as transformações interferiram, sobretudo, na vida dos “*povos cerradeiros*”⁽⁸⁾ no que se refere ao social, cultural e ambiental.

Diante dessas transformações, como pensar a segurança e a soberania alimentar, responsabilidade atribuída aos agricultores camponeses? Como conviver com a “dupla” realidade do Cerrado brasileiro - as culturas que atendem ao mercado internacional e as culturas responsáveis pelo abastecimento interno? São reflexões importantes que levaram a este propósito de (re)visitar o PRODECER.

Notas

¹ Este texto é parte de duas teses de doutorado sobre o PRODECER: **Ação do Estado e transformações agrárias no cerrado das zonas de Paracatu e Alto Paranaíba** (Vera Lúcia Salazar Pessôa), defendida em 1989/UNESP/Rio Claro, e **As tramas do poder nateritorialização do capital no Cerrado: o PRODECER** (Maria Erlan Inocêncio), defendida em 2010/UFG.

²*Terra de negócio*: terra apropriada pelo capital, terra de exploração do trabalho alheio; e *terra de trabalho*: terra apossada pelo trabalhador, terra para trabalhar (MARTINS, José de S. Terra de negócio e terra de trabalho: contribuição para o estudo da questão agrária no Brasil. In: _____. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. 2.ed. São Paulo: HUCITEC, 1982. p.45-66).

³ R/D (Record of Discussion).

⁴ L/A (Loan Agreement).

⁵ P/A (Project Agreement).

⁶ O PRODECER se estendeu de 1979 a 1999, considerando esse período como as etapas de financiamento.

⁷ Planos econômicos: Governo Sarney: Plano Cruzado I (1985) e II (1986)/Plano Bresser (1987)/Plano Verão (1989)/ Governo Collor: Plano Collor I (março 1990) e II (1991).

⁸ Expressão usada por MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. 2004. 448f. Tese (Doutorado em Geografia)-Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP, Presidente Prudente, 2004.

Referências

AGUIAR, Ronaldo C. **Abrindo o pacote tecnológico: Estado e pesquisa agropecuária no Brasil**. São Paulo: Polis; Brasília: CNPq, 1986.

ANDRADE, Manuel C. de. **Poder político e produção do espaço**. Recife: Massangana, 1984.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Regulamento do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER)**. Brasília, 1979, 16p. mimeo.

BARRIOS, Sônia. A produção do espaço. In: SOUZA, Maria Adélia A. de; SANTOS, Milton (Org.). **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986. p.1-24.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Agência de Cooperação Internacional do Japão. **Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados**. Estudo de Avaliação Conjunta – Relatório Geral, Nº 48. Brasília, janeiro de 2002.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Câmara dos deputados: projeto de resolução 159**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980. 8p.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB)(Linha 6). Doc. “JICA” n.1: Estudo de desenvolvimento regional dos três estados: Espírito Santo, Minas Gerais e Goiás(jul/1979).**Resumo**. Brasília, set. 1980a, 1p. (mimeo).

_____. Doc. “JICA” n.2. Avaliação crítica do Projeto “JICA” e contraproposta elaborada por técnicos do IPEA-Instituto de Planejamento Econômico e Social. **Resumo**. Brasília, set. 1980b, 6p. (mimeo).

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960 – 1980**. São Paulo, HUCITEC: 1997.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

INOCENCIO, Maria Erlan. **O PRODECER e a territorialização do capital em Goiás: o projeto de Colonização Paineiras**. 2002. 187f. Dissertação (Mestrado em Geografia) –Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

INOCÊNCIO, Maria Erlan. **As tramas do poder na territorialização do capital no Cerrado: o PRODECER**. 2010. 272 f. Tese (Doutorado em Geografia)- Instituto de Estudos Socio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

JAPAN INTERNATIONAL COOPERATION AGENCY (JICA). **Acordo do projeto celebrado entre JICA, Banco Central e CAMPO**. Tradução de Bunny Gustave Persijn. Brasília, 28 set. 1979a, 24p. (mimeo).

_____. **Estudo de desenvolvimento regional de três estados: ES, GO e MG-Projeto** relatório final. 1979b, 15p. (mimeo).

MATOS, Patrícia F. **As tramas do agronegócio nas “terras” do Sudeste Goiano**. 2011.355f. Tese (Doutorado em Geografia)-Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

MORAES, Antonio C. R. **Geografia, pequena história crítica**. São Paulo: HUCITEC, 1981.

NOTA DOS PARTICIPANTES DO 1º ENCONTRO SOBRE O “PROJETO CERRADO” a respeito do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado e outros Projetos. Uberaba 18 fev. 1981.(3p.) (mimeo).

OLIVEIRA, Arioaldo U. de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani A. (Org.). **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo, Contexto: 1999. p.63-109.

OS RISCOS e azares de um projeto. **Valor**, São Paulo, 5 mar.2001. Suplemento Agronegócios, p. B12.

PESSÔA, Vera Lúcia S. **Ação do Estado e as transformações agrárias no cerrado das zonas de Paracatu e Alto Paranaíba – MG**. 1988.239f. Tese (Doutorado em Organização do Espaço) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 1989.

PESSÔA, Vera Lúcia S. **O Cerrado, antes dos “inhambus, das juritis, das siriemas”, agora do agronegócio?** As transformações no pós 1970. Trabalho apresentado na Mesa-Redonda 3 - Transformações no espaço rural – I Simpósio Internacional Metropolização do Espaço, Gestão Territorial e relações Urbano Rural/VI Encontro Integração Graduação/Pós-Graduação PUC/Rio – 5 a 10 de novembro 2012 (inédito).

RAMOS, Soraia. Sistemas técnicos agrícolas e meio técnico–científico–informacional no Brasil. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil – território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro, Record, 2001. p.375-387.

RODRIGUES, Maria Lúcia E. O processo de produção do espaço: um exercício teórico-metodológico. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.60, p.21-43, 2º sem.1983/1º. Sem./1984.

SANTOS, Milton. Uma discussão sobre a noção de região. In: _____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985. p.65-70 (Coleção espaços).

SOBOLL, Walter. Novos caminhos para o financiamento da produção agropecuária. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.7, n.3, p.85 – 93, 1993, jul./set. Disponível em <http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v07n03/v07n03_10.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2009.

RAFFESTIN, Claude. O que é o território. In: _____. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. p.143-163.

ZANATTA, Mauro. PRODECER chega ao fim cheio de dívidas. **Valor**, São Paulo, 5 mar. 2001. Suplemento Agronegócios, p. B12.